

**Conselho de Administração**

**DELIBERAÇÃO Nº 004/CA/2010**  
**de 28 de Setembro**

**DIREITO DE UTILIZAÇÃO DE FREQUÊNCIAS Nº 01/2010**

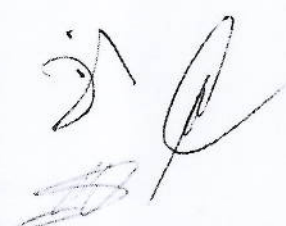
Ao abrigo do disposto no artigo 6º da Deliberação do Conselho de Administração da ANAC Nº2/2009, de 26 de Fevereiro, e na sequência do Concurso público para atribuição de cinco direitos de utilização de frequências para a oferta de serviços de banda larga via rádio em Cabo Verde (BWA), o Conselho de Administração da ANAC, nos termos do artigo 30º do Decreto Legislativo nº 7/2005 de 28 de Novembro, delibera emitir o presente direito de utilização de frequências, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

**Capítulo 1****Parte Geral**

1º É atribuído à T+ Telecomunicações S.A, doravante abreviadamente designada por T+, pessoa colectiva inscrita nos serviços de Registos, Cartório e Notariado sob o nº 1874, NIF 252214420 com sede social na Rua Cidade de Funchal nº8, Achada Santo António – Praia – Santiago, um direito de utilização de frequências, de âmbito nacional, para serviços de banda larga via rádio (BWA), de um bloco de 30 MHz, correspondente às frequências 2500 – 2530 MHz.

2º O direito de utilização de frequências rege-se pelas seguintes diplomas:

- Decreto-Legislativo nº 7/2005, de 28 de Novembro;
- Decreto-Lei nº 10/2009, de 20 de Abril;
- Caderno de encargos do acima referido concurso; e
- Presente Deliberação.





3º A T+ obriga-se, nos termos g) do artigo 30º do Decreto-Legislativo nº7/2005, de 28 de Novembro, a cumprir todos os compromissos constantes da proposta apresentada ao concurso público.

4º A T+ obriga-se também a cumprir os normativos que no futuro venham a ser publicados, ainda que estes prescrevam disposições não previstas à data de atribuição do direito de utilização, mas que resultem de necessidades ou exigências de uso público do serviço, que presta, nos termos do regime previsto no artigo 18º do Decreto-Legislativo nº7/2005, de 28 de Novembro.

## **Capítulo 2**

### **Condições Gerais**

5º Para efeitos do nº1 do artigo 25º do Decreto-Legislativo nº7/2005, de 28 de Novembro, a T+ obriga-se a:

- a) Negociar a interligação e obter o acesso ou a interligação de outras empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, nas condições e nos termos previstos no Decreto — Legislativo n.º 7/2005, de 28 de Novembro, sem prejuízo das competências da ANAC previstas na lei, nomeadamente no âmbito das análises de mercados;
- b) Garantir a manutenção da integridade da rede, nomeadamente mediante a adopção de condições que impeçam a interferência electromagnética entre redes e ou serviços de comunicações electrónicas, nos termos da lei e respectivas medidas regulamentares;
- c) Adoptar medidas que garantam a utilização do serviço durante grandes catástrofes e a sua disponibilidade em situações de emergências ou força maior, para garantir as comunicações entre serviços de emergência e as autoridades, bem como as emissões para o público;



- d) Garantir a segurança da rede contra o acesso não autorizado nos termos da Legislação aplicável no domínio das comunicações electrónicas;
- e) Cumprir os requisitos de protecção do ambiente ou de ordenamento urbano e territorial, assim como os requisitos e condições associados à concessão de acesso a terrenos públicos ou privados e condições associadas à partilha de locais e recursos, incluindo, sempre que apropriado, todas as garantias financeiras e técnicas necessárias para assegurar a correcta execução dos trabalhos de infra-estrutura;
- f) Garantir a protecção dos dados pessoais e da privacidade no domínio específico das comunicações electrónicas, em conformidade com legislação aplicável;
- g) Adoptar as regras que garantam a protecção dos consumidores específica do sector das comunicações electrónicas;
- h) Observar as condições técnicas e operacionais necessárias à não produção de interferências prejudiciais e à limitação da exposição da população aos campos electromagnéticos de acordo com a legislação aplicável;
- i) Adoptar medidas destinadas a garantir a conformidade com as normas e ou especificações constantes do artigo 27º do Decreto-Legislativo nº7/2005, de 28 de Novembro;
- j) Instalar, a expensas próprias, e disponibilizar sistemas de intercepção legal às autoridades nacionais competentes, bem como fornecer os meios de descriptação ou decifração sempre que ofereçam essas facilidades, em conformidade com a legislação aplicável à protecção de dados pessoais e da privacidade no domínio das comunicações electrónicas;
- k) Observar as restrições respeitantes à transmissão de conteúdos ilegais, e a transmissão de conteúdos lesivos em conformidade com a lei;

A handwritten signature in dark ink is located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a single name or set of initials.





- l) Contribuir para o financiamento do serviço universal, nos termos que vierem a ser definidos, em conformidade com os artigos 92º a 94º do Decreto-Legislativo nº7/2005, de 28 de Novembro;
- m) Pagamento das taxas em conformidade com o artigo 102º do Decreto-Legislativo nº7/2005, de 28 de Novembro;
- n) Sem prejuízo de outros dados estatísticos que a ANAC entenda necessário solicitar nos termos do artigo 105º do Decreto-Legislativo nº7/2005, de 28 de Novembro, deve ainda ser enviada, até ao 20º dia do mês seguinte ao termo do trimestre a que diz respeito, informação relativa ao número de assinantes no final de cada mês por serviço prestado com recurso ao BWA;
- o) Adoptar as medidas de protecção dos utilizadores e assinantes constantes no artigo 37º do Decreto-Legislativo nº7/2005, de 28 de Novembro.

### **Capítulo 3**

#### **Condições associadas ao direito de utilização de frequências**

6º Para efeitos da a) do artigo 30º do Decreto-Legislativo nº7/2005, de 28 de Novembro, o direito de utilização de frequências atribuído destina-se à oferta de serviço banda larga sem fio, de âmbito nacional.

7º A T+ deve, em conformidade com b) do artigo 30º do Decreto-Legislativo nº7/2005, de 28 de Novembro utilizar de forma efectiva e eficiente as frequências consignadas, ficando sujeita ao cumprimento das seguintes obrigações de cobertura:

- i) Até ao final de 2011: 25% da população;
- ii) Até ao final de 2012: 50% da população;
- iii) Até ao final de 2013: 90% da população.

Two handwritten signatures are present in the bottom right corner of the page. The first signature is a stylized, cursive mark, and the second is a more legible, though still cursive, signature.

8º A T+ deve garantir o valor mínimo para o grau de disponibilidade de serviço, entendido como a percentagem de tempo ao longo do ano em que a rede BWA se encontra disponível, em função das zonas de cobertura: 99.5%.

9º A T+ deve enviar a ANAC até ao 20º dia do mês seguinte ao termo do ano civil a que diz respeito, os elementos que permitam aferir, com eficácia, o indicador de qualidade de serviço referido na cláusula 8ª do presente documento, descrevendo para o efeito, os métodos e meios técnicos utilizados para a respectiva determinação.

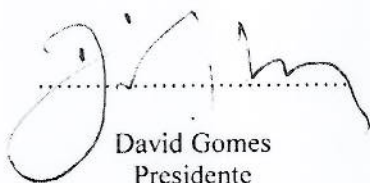
10º Comunicar previamente à ANAC a intenção de transmitir o direito de utilização das frequências, bem como as condições em que o pretende fazer, nos termos do artigo 35º do Decreto-Legislativo nº 7/2005, de 28 de Novembro e do fixado a cada momento no Quadro Nacional de Atribuição de Frequências.

11º A T+ obriga-se a cumprir as obrigações decorrentes dos acordos internacionais aplicáveis em matéria de utilização de frequências, incluindo os que derivam de acordos fronteiriços.

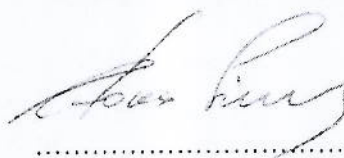
12º O presente direito de utilização de frequências mantém-se válido até 28 de Setembro de 2025.

Praia, 28 de Setembro de 2010.

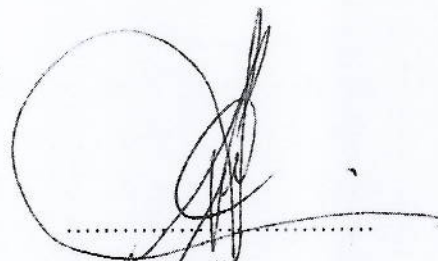
O Conselho de Administração,



David Gomes  
Presidente



Carlos Silva  
Administrador



Valmiro Segredo  
Administrador

